

Marx e o Marxismo 2015: Insurreições, passado e presente

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 24/08/2015 a 28/08/2015



TÍTULO DO TRABALHO			
EDUCAÇÃO NO SISTEMA DO CAPITAL: entre a ciência e o estranhamento			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Sabina Maura Silva	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	CEFET-MG	Professora Efetiva
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O trabalho discute, partindo da crítica marxiana da economia política, especialmente as contidas nos <i>Grundrisse</i>, os principais elementos que determinam a formação, educativa e existencial, do sujeito do trabalho como individualidade, a partir da constituição e consolidação do modo de produção capitalista. Visa-se descortinar os elementos constitutivos dessa experiência formativa, na articulação que estes ganham nos contornos definidos pelo capital e pela conexão, contraditoriamente delimitada, entre o operar dos sujeitos na produção com os pressupostos complexos de sua atividade. A incorporação das ciências e a criação de tecnologia como itens do capital fixo aparecem como momento importante da equação contraditória, pois embora a relação dos indivíduos com esses insumos da atividade se dê pela primeira vez na história da produção, o liame que potencialmente liga os sujeitos à expressão mais alta da atividade humana é mediado pela sua forma social específica de capital, por conseguinte sob o signo do estranhamento.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Educação, ciência, estranhamento.			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
Education, science, estrangement.			
EIXO TEMÁTICO			
Educação, classe e luta de classes.			

EDUCAÇÃO NO SISTEMA DO CAPITAL: entre a ciência e o estranhamento

O presente trabalho discute, partindo da crítica marxiana da economia política, especialmente as elaborações contidas nos *Grundrisse*, os principais elementos que determinam a formação, educativa e existencial, do sujeito do trabalho como individualidade, a partir da constituição e consolidação do modo de produção capitalista. Ou seja, o problema que aqui se delimita é definido pelas relações entre o indivíduo vivo e sua atividade socialmente determinada, no que respeita às implicações que estas têm para o roteiro completo de sua formação humana, o processo de sua constituição como sujeito efetivo. Nesse sentido, para além das questões mais particulares da interação educativa mediada escolarmente, interessa, antes, delimitar categorialmente os principais lineamentos que determinam o horizonte de formação do sujeito humano na modernidade em correspondência com as determinações mais essenciais da atividade produtiva.

Em primeiro lugar, aparece como tarefa necessária delimitar o estatuto da própria formação, em especial, aquela de natureza instrucional, levada a efeito em instituições e espaços societários destinados explicitamente a ela. Neste sentido, é importante delimitar os contornos e limites da própria educação como atividade social. De certo modo, é imprescindível renunciar a uma crença tácita: a fé de que a mudança das formas de consciência operem *per se* transformações radicais concretas. A crença na força imanente das idéias na ordenação do mundo. A este respeito, vale citar aqui uma passagem de Karl Marx, contida nas suas célebres, mas quase nunca devidamente compreendidas, *Teses Ad Feuerbach*. No interior do conjunto de onze aforismos, nos quais Marx expõe de modo sintético as diferenças que separam seu pensamento de tudo produzido até então, podemos ler na III tese:

A doutrina materialista acerca da alteração pelo meio e pela educação esquece que o meio é modificado pelos próprios homens e que o educador deve ele mesmo ser educado. Assim lhe é necessário dividir a sociedade em duas partes, uma das quais se colocaria acima da própria sociedade (MARX, 1978, p. 5).

Temos aqui abordado criticamente o centro irradiador de todas as proposituras que sustentam a educação como panacéia geral. Ou seja, o segredo de todas as teorias em educação reside no desconhecimento de que esta, como todas as formas de atividade e consciência dos homens, se encontra determinada socialmente. A fonte da auto-ilusão do pedagogo se localiza na pretensão de elevar-se por cima da própria sociabilidade, de escapar à rede de relações que a constitui e no interior da qual se produzem uns aos outros os indivíduos.

As teorias educacionais partilham, cada uma em grau diverso, daquele olvido. Esquecem-se todas elas de que o próprio educador é indivíduo socialmente determinado, o qual se põe como homem a partir dos mesmos nexos societários que os educandos ou que a "massa". Tal é a consequência necessária para o presente problema, da descoberta marxiana do indivíduo como ser social. Neste sentido, cabe aqui um pequeno excursus teórico, a fim de explicitar a determinação da sociabilidade como essência da individualidade e evitar o mal-entendido de tomar o pensamento marxiano como um puro determinismo cego, o qual aproximaria a determinação pela sociabilidade de um fatalismo ou reducionismo naturalista do indivíduo à espécie. Nada mais falso para o pensamento marxiano. A este respeito, Marx declara contra Proudhon, nos *Grundrisse* que a “sociedade não é constituída de indivíduos, mas exprime a soma dos nexos, das relações nas quais estes indivíduos se põem uns para os outros” (MARX, 1983, p. 189). Podemos observar com clareza que, em primeiro lugar, indivíduo e sociedade não são elementos extrínsecos postos numa relação de determinação externa do primeiro pela segunda, muito ao contrário, estão em interdeterminação essencial. Desta maneira, não é a sociedade um fantasma Todo-Poderoso que paira acima dos homens. Nem são os homens, por outro lado, entes para os quais as suas mútuas relações sejam elementos contingentes, como nas concepções liberais clássicas por exemplo. Sociedade e individualidade estão em estreita ligação. Em segundo lugar, e especificando melhor a primeira determinação, a sociedade é o conjunto das relações, dos nexos, dos liames que unem os indivíduos reciprocamente. A sociabilidade pode assim ser delimitada como *comportamento recíproco de indivíduos*, a totalidade das relações nas quais estes existem mutuamente.

Deste modo, acreditamos ter afastado a suspeita de qualquer reducionismo ou determinismo cego, natural, absoluto, etc., pois se a sociabilidade é o conjunto articulado das relações recíprocas dos indivíduos, e a lógica histórica daquelas determina os indivíduos, temos que estes se encontram determinados por suas próprias interações sociais. Além de interditar a interpretação reducionista, a precisão feita acima acentua algo já indicado na III tese *Ad Feuerbach* supracitada, o caráter eminentemente ativo dos próprios indivíduos no que tange à determinação societária. Pois, diversamente das doutrinas materialistas antigas que identificam a determinação pelas circunstâncias sociais com aquela verificada na natureza, Marx assinala as circunstâncias como produto da ação mesma dos homens. Aquelas posições teóricas pagavam o preço de anular sem mais a distinção entre natureza e sociedade, com a incoerência de postular uma camada social, que apesar de estar na sociedade, ficava acima dela. Portanto, não há o menor sentido aqui em falar-se de um puro determinismo a *modus* naturalístico, pois as circunstâncias nas quais os indivíduos se formam são resultado da própria interatividade social. Interatividade esta que é, certamente objetiva, real, concreta, fixada, por exemplo, na herança social (em suas facetas

econômicas, culturais, políticas, tecnológicas, etc.) que recebem umas das outras as várias gerações. Mas que, ao contrário da existente na natureza é produzida, reproduzida, modificada, afirmada e continuamente negada pelos atos dos indivíduos. O modo de produção é por isso um modo de ser dos homens, e não apenas “economia”, no sentido de indicadores monetários ou da reprodução diretamente física dos homens. Em realidade, como o afirma Marx em *A Ideologia Alemã*, “Esta é, muito mais, uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinado modo de vida destes. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles” (MARX, 1969:21).

Portanto, o que se tem por objeto de exame e discussão é a relação, pressuposta como essencial, entre a *produção da vida*, em suas mais diversas dimensões, o papel nela desempenhado na modernidade pelo *complexo das forças produtivas científico-tecnológicas* e a *formação como tal do modo de ser dos indivíduos humanos*. Assim, mira-se aqui um tema importante e decisivo da autoprodução dos sujeitos como entes sociais por meio da transformação de mundo, da dação de forma especificamente humana à natureza. Problema este na maior parte das vezes mal-entendido, mal apresentado e, até mesmo, malversado sob o modo de uma suposta determinação em “última instância” pelo “econômico”. Nada mais diferente disso se verá desdobrado no curso das análises conceituais levadas a efeito neste artigo.

A propositura que aqui sucintamente se explicita encontra os elementos de sua justificativa e motivação num terreno que, embora se circunscreva inicialmente pelo incremento do conhecimento científico e sua tradução em tecnologias, em muito o excede em escopo e implicações. Não se trata aqui de uma investigação filosófica que tenha a cientificidade tecnológica abstratamente figurada como seu objeto, como inquirição acerca dos valores que podem ser nelas identificados ou da sua conformação epistemológica. A determinação rigorosa do papel das ciências na formação do humano possui uma série de implicações para a *formação* dos sujeitos que produzem o conhecimento acerca do mundo e o traduzem em meios práticos concretos de produção e reprodução da vida humana. Pensar este processo como *Paideia* ou *Bildung*, ou seja, em termos que não se cinjam ao mero adestramento de competências e de treinamento especializado, requer a posição de questões que muito embora não sejam visíveis na prática imediata, enraízam-se no *fazer* concreto do conhecimento e da tecnologia. Complexo de variáveis que se fazem sentir em vários níveis e âmbitos da prática cotidiana dos sujeitos que têm o incremento da cientificidade como ofício. Produção que é ao mesmo tempo, tradução objetiva e objetual das propriedades concretas da vida individual material e socialmente dada na forma de um ente ou efeito real posto no mundo. Por outro lado, é igualmente a produção dos sujeitos efetivos que produzem, porquanto estes se expressem como forças físicas de natureza muscular e/ou intelectual na elaboração humana da

matéria preexistente e, neste processo como tal, tomam uma determinada configuração como seres humanos, transformando o conjunto de disposições e energias físicas de sua corporalidade em capacidades movidas e apropriadas por eles como *capacidades* e *potências* de sua atividade. Os indivíduos, pela processualidade particular de sua produção, sempre se realizando num determinado artigo ou efeito, não passam, pois, incólumes ao ato de objetivação, transformam-se, positiva ou negativamente, segundo as características particulares da atividade na qual se engajam. E isto, em virtude mesmo do caráter propriamente humano da relação ativa que os homens mantêm com a natureza. Pois, "o objeto não é um objeto em geral, mas um objeto determinado que deve ser consumido de um modo determinado, por sua vez mediado pela própria produção" (MARX, 2011, p. 47). A exteriorização dos homens é sempre um modo *particularizado* e *específico* de produção que se concretiza numa forma objetiva igualmente particular de existência, com propriedades que delimitam e definem possibilidades e limites de uso e apropriação por parte de seu consumidor. Neste sentido, a categoria da *produção* possui um sentido deveras mais amplo que aquele tomado corriqueiramente. A produção de valores de uso, como o *pôr* concreto de um ente ou efeito real no mundo dá-se sempre na forma do particular, do finito, do específico. Dirige-se tanto no seu engendramento, como produto e uso da capacidade de trabalhar, quanto no seu consumo na forma de um objeto determinado que modula, e mesmo produz, a relação de sua apropriação e o sujeito humano que dele se apropria. Assim,

A produção não apenas fornece à necessidade um material, mas também uma necessidade ao material. O próprio consumo, quando sai de sua rudeza e imediaticidade originais – e a permanência nessa fase seria ela própria o resultado de uma produção aprisionada na rudeza natural –, é mediado, enquanto impulso, pelo objeto. A necessidade que o consumo sente do objeto é criada pela própria percepção do objeto. O objeto de arte – como qualquer outro produto – cria um público capaz de apreciar a arte e de sentir prazer com a beleza. A produção, por conseguinte, produz não somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto (Idem).

Produção virtual do consumidor ou do utilizador do valor de uso que expressa na forma do ser do produto dimensão imanentemente particular da atividade que lhe deu vida, delimitando o escopo das mobilizações futuras que o artigo oferece, bem como pondo em relevo a particularidade do conjunto da produção da vida na qual o produto veio a ser.

Por conseguinte, a produção se expressa como um conjunto de procedimentos de transformação da objetividade material e concreta pela qual os movimentos executados e o tempo dos sujeitos que trabalham tomam realidade como um resultado objetivamente existente, que se

dirigem a uma série de carecimentos específicos humanos. A especificidade da relação entre objeto produzido e carecimentos humanos indica o caráter particular tanto da produção quanto do consumo. Produção que, de uma parte, é articulação das características reais corporalmente dadas da força de trabalho com aquelas do objeto de trabalho, determinada pela finalidade que orienta desde o início a efetuação dos movimentos e da utilização dos meios para transformar a matéria-prima em receptáculo da atividade sensível do trabalhador. Por outra parte, este aspecto determinante da atividade, traduzido na forma objetiva do valor de uso produzido como uma síntese de propriedades dadas que defrontam o sujeito no consumo, acaba por formatar tanto o modo de consumi-lo quanto as qualidades subjetivamente existentes naquele que se serve do produto. Neste sentido, a relação produtiva do sujeito concreto com o mundo supera o sentido restrito da produção imediata, ampliando-se como interação modulada e moduladora dos indivíduos com os objetos de seu carecimento. O exercício dos sentidos humanos na apropriação subjetiva dos produtos da atividade é a produção dos sentidos e da sensibilidade socialmente determinada. Não se trata de mera educação dos sentidos dados naturalmente, mas da formação da *æthesis* concreta dos seres humanos como tal. Levando-se em conta a radicalidade mesma da observação marxiana que serve aqui como arrimo categorial, pode-se dizer que não apenas se trata de uma "educação dos sentidos" historicamente determinada, mas propriamente da *produção histórico-social dos sentidos e carecimentos humanos*.

Este momento particular que delimita as formas de existir dos produtos da atividade humana é por sua vez determinado por seu modo historicamente concreto, pelo modo no qual as categorias da interatividade social se articulam, sob o mando específico de algumas delas, por um acento determinativo. No caso moderno, pelo fato de a produção ser produção de capital, a qual é mediada pela extração de mais-tempo de trabalho, de mais-valor, de valor incrementado que valoriza as condições objetivas da produção, num patamar superior ao inicial simultaneamente à criação de novos valores por meio da atividade do trabalhador. Neste diapasão,

O caráter social da atividade, assim como a forma social do produto e a participação do indivíduo na produção, aparece aqui diante dos indivíduos como algo estranho, como coisa; não como sua conduta recíproca, mas como sua subordinação a relações que existem independentemente deles e que nascem do entrechoque de indivíduos indiferentes entre si (MARX, 2011, p. 105-106).

Forma de existência historicamente determinada na qual a *indiferença* aparece como um dos traços principais da interatividade social que toma corpo pelas conexões de produção que se realizam empiricamente pelas mercadorias. Produtos da atividade social que carregam em si, em seu valor, o princípio histórico particular do capital: a posição do valor inicialmente dado das

condições num patamar de maior valorização por meio do tempo de trabalho gratuito extorquido na esfera da produção. Deste modo, a atividade produtiva existe como atividade criadora de capital, capitalizadora, pondo como coisa-no-mundo artigos cuja determinação mais essencial, ainda que não mais destacada empiricamente, seja a de serem portadores do mais-valor da forma primária da capitalização, da valorização do valor. A produção assim configurada é produção de valores diretamente para a troca, objetivando o aparecimento do valor valorizado em sua figura objetiva e autônoma, como dinheiro. Uma vez que, "No valor de troca, a conexão social entre as pessoas é transformada em um comportamento social das coisas; o poder [*Vermögen*] pessoal, em poder coisificado" (MARX, 2011, p. 106). Daí o aparecer do dinheiro como potência autônoma também aos sujeitos da troca, nas relações mais imediatas e fetichizadas da circulação simples, como meio de socialização universal independente dos indivíduos. O que não resulta na afirmação unívoca de uma dominação sem matiz, ao contrário, esta articulação modal é ela mesma o produto de relações historicamente determinadas e não um modo natural de existência ou uma condição humana. Porquanto, "Cada indivíduo possui o poder social sob a forma de uma coisa. Retire da coisa esse poder social e terá de dar tal poder a pessoas sobre pessoas (Idem)". O revolucionamento da situação concreta corresponde exatamente numa reconfiguração essencial da forma da sociabilidade, na rearticulação modal das categorias da produção, inclusive da destruição de algumas delas, ou seja da necessidade de que se *retire da coisa esse poder social* para dá-lo aos indivíduos sob relações não mais de exploração e de antagonismo, mas de ampla cooperação produtiva. Neste sentido, para Marx, o modo capitalista de produzir a vida se constitui numa espécie de ponto de passagem ou estágio, no qual, não obstante seu caráter alienante e o estranhamento historicamente particular dele advindo, coloca a possibilidade objetiva, pelo impulso à produção mediada na figura do desenvolvimento inaudito das forças produtivas, de pôr-se no horizonte um momento de real liberdade de vida e atuação das pessoas, umas frente às outras como de verdadeiras condições recíprocas de efetivação livre de suas virtualidades humanas.

Deste modo, o caráter eminentemente social da atividade produtiva se desvela apesar e, simultaneamente, por conta das formas de efetivação da produção social da vida dos indivíduos. Na medida em que

A própria necessidade de primeiro transformar o produto ou a atividade dos indivíduos na forma de *valor de troca*, no *dinheiro*, e o fato de que só nessa forma *coisal* adquirem e comprovam seu *poder social*, demonstra duas coisas: 1) que os indivíduos produzem tão somente para a sociedade e na sociedade; 2) que sua produção não é *imediatamente* social, não é o resultado de associação que reparte o trabalho entre si (Idem).

Mesmo no contexto de vigência máxima do egoísmo e do auto-centramento imediatos, a natureza societária da produção e dos demais circuitos reais que conectam numa reciprocidade multilateral a totalidade dos indivíduos aparece como necessidade da expressão da indiferença direta que delimita as formas de existir de uns para outros como produtores/consumidores de mercadorias. Totalidade social de produção, tanto em sentido estrito quanto lato, da vida dos indivíduos socialmente determinados, cujo princípio norteador é a vigência do valor autonomizado, nas formas dinheiro e mercadoria, valor que circula e se realiza, impondo aos indivíduos modos de ser característicos e funções sociais dadas. Os liames assim engendrados não são obra de nenhum contrato ou arranjo político, ao contrário, como formas sociais concretas de existir, relações sociais, nas quais existem produtores, condições, atividade e produto, determinam modo e escopo de vigência das mediações políticas e jurídicas. A alteração das circunstâncias sociais, que são matrizadas por aquelas formas de existência não é, portanto, de modo algum, algo a ser perpetrado sob a regência da mera vontade política. É necessário encontrar no modo de ser da produção, como este existe a cada momento histórico de seu evoluir, as relações contraditórias que expõem aporias e incompletudes como objetos da propositura prático-ativa de transformação:

(...) no âmbito da sociedade burguesa, da sociedade baseada no *valor de troca*, geram-se tanto relações de intercâmbio como de produção que são outras tantas minas para fazê-la explodir. (Uma massa de formas antitéticas da unidade social cujo caráter antitético, todavia, jamais pode ser explodido por meio de metamorfoses silenciosas. Por outro lado, se não encontrássemos veladas na sociedade, tal como ela é, as condições materiais de produção e as correspondentes relações de intercâmbio para uma sociedade sem classes, todas as tentativas para explodi-la seriam quixotadas.) (MARX, 2011, p. 107).

A proposição revolucionária como deliberação que põs na medida do reconhecimento de um mandato social pode ser a expressão das virtualidades sociais tornadas movimento possível para além do capital. O mandato social é necessário, pois para Marx, o movimento da produção humana não é, em sua substância, sujeito, embora apareça aos indivíduos sociais, na sua autonomia relativa, como um sujeito. Mas tal é um modo de aparecer de relações que transcorrem entre indivíduos sociais, carnavais, vivos e ativos. Daí que apenas a ação dos indivíduos, em grupos específicos sociais concretos, direcionada a tornar o virtual da transformação, dado em algumas das categorias da produção, em possibilidade real de revolução social, continua requerida. A revolução, por conseguinte, não é um efeito automático e impessoal de algum espírito do mundo encarnado nas forças produtivas, mas resultado possível da ação concreta de enfrentamento dos poderes do capital. O posicionamento dos indivíduos, arrimado e delimitado pelo conjunto de seus liames recíprocos

permanece, não obstante num registro diferente que daquele tradicionalmente observado na reflexão filosófica, como uma exigência da ação. No entanto, este conjunto de ações sociais, politicamente implementadas, precisa responder à existência concreta de contradições reais das categorias da produção, senão cair-se-ia numa forma de voluntarismo heroico, de ação quixotesca.

Por esta razão, e não pela força de um sortilégio, o dinheiro como valor produzido objetivamente autonomizado, não existindo mais como determinação num valor de uso, possui o poder social sobre os indivíduos. A sociabilidade aparece então como um conjunto de nexos cujo princípio remete à posse do dinheiro, e sua utilização como meio de mais-dinheiro. A acumulação, transmutada historicamente de entesouramento em movimento de acumulação, surge como meta das relações de produção e da própria atividade produtiva como tal. Frente a ela, todas as demais diretrizes ou bem se subsumem ou bem desaparecem, dando azo a um mundo de relações na qual a venalidade é um dos seus aspectos mais salientes, ainda que não determinantes, mas determinados pela lógica da produção social da vida:

A prostituição generalizada aparece como uma fase necessária do caráter social dos talentos, das capacidades, das habilidades e das atividades pessoais. Expresso de forma mais polida: a relação universal de utilidade e de usabilidade. A equiparação do heterogêneo, como Shakespeare bem define o dinheiro. A mania de enriquecimento enquanto tal é impossível sem dinheiro; qualquer outro tipo de acumulação e mania de acumulação aparece natural e espontaneamente limitado, condicionado, por um lado, pelas necessidades e, por outro, pela natureza limitada dos produtos (*sacri auri fames*.) (MARX, 2011, p. 110-111).

Tudo, absolutamente tudo, aparece de maneira objetivamente social como matéria de tráfico, do intercâmbio universal, sem outro metro que a própria realização do acumular infinitamente em círculos cada vez mais amplos e interconectados. Todos os talentos, como componentes concretos de capacidades abstratamente convertidas em seu conjunto em força de trabalho, aparecem como medidos e trocáveis pelo valor produzido autonomizado. Nada há de mais sagrado que o trocar, que o intercâmbio por meio do qual o que existe na corporalidade dos indivíduos extravasa os limites naturais de sua individualidade e se torna assunto prático de todos, seja na produção seja incorporado no produto no consumo final.

Portanto, o grande problema da modernidade não reside na ampliação cada vez mais crescente do escopo das relações, nem no incremento virtualmente infinito da capacidade social de dação humana de forma dos, e aos, indivíduos, mas no modo característico que as formas de sua atividade tomam ao articular-se sob o controle societário da propriedade privada capitalista:

Dado que a autonomização do mercado mundial, se se quiser, (no qual está incluída a atividade de cada indivíduo singular) cresce com o desenvolvimento das relações monetárias (do valor de troca) e, vice-versa, que a conexão universal e a dependência generalizada na produção e no consumo crescem simultaneamente com a independência e a indiferença recíproca de produtores e consumidores; dado que essa contradição conduz a crises etc., paralelamente ao desenvolvimento do estranhamento tenta-se suprimir a contradição em seu próprio terreno. (MARX, 2011, p. 108).

A autonomia do tempo de trabalho social existente como tempo socialmente necessário produzido como mercadoria e reincorporado mediante a solução das trocas e da circulação por elas mobilizada, é uma das formas contraditórias de realização do caráter social e interdependente da vida dos indivíduos. Forma que se põe como uma *imago* histórica da universalidade humana possível e, por em seus limites, põe a universalização da vida dos indivíduos como algo mais que simples repto moral ou desejo piedoso. A interdependência crescente dos ramos da produção, verificada no exame de como os preços correntes de todas as esferas da criação de mais-valor se remetem e se condicionam, prova no nível mais rasteiro do cotidiano da produção a vigência, não obstante estranhada, da sociabilidade como caráter particular da atividade produtiva. Uma universalidade concreta, cuja particularidade é aquela de conectar os indivíduos uns aos outros como necessidade interna, ao mesmo tempo em que se afirma independentemente de cada um deles como nexos universal do valor valorizado, do capital e de sua produção. Pois,

No *mercado mundial* desenvolveu-se em tal nível o *nexo do indivíduo singular* com todos, mas ao mesmo tempo também a *independência desse nexo em relação aos próprios indivíduos singulares*, que sua formação já contém simultaneamente a condição de transição para fora dele mesmo.) A *equiparação* em lugar da comunalidade e da universalidade efetivas. (MARX, 2011, p. 109).

Contra os modos românticos de oposição aos desenvolvimentos típicos do capital no que tange à conexão de cada indivíduo com os demais, com o gênero, Marx argumenta que "(...) essa conexão coisificada é certamente preferível à sua desconexão, ou a uma conexão local baseada unicamente na estreiteza da consanguinidade natural ou nas [relações] de dominação e servidão" (Idem). Ou seja, a crítica marxiana nada tem a ver com uma posição passadista de recuperação de uma suposta unidade originária do indivíduo com o gênero que teria existido na primitividade das comunidades arcaicas.

Como resultado dinâmico e contraditório do processo histórico parametrizado pelas formas de propriedade privada ocidental, atravessado que é de liames que interconectam as categorias em

uma unidade tensional, numa forma mutável, a emergência da universalidade estranhada do capital amplia o círculo de relações de cada indivíduo nela sujeito com a totalidade do gênero humano. Conexão que sequer existia, senão por acidente, para a grande parte do contingente humano, que vivia ou bem como uma condição material da produção ou bem como elemento atrelado à terra como objeto e condição originários de produção. Assim,

A conexão é um produto dos indivíduos. É um produto histórico. Faz parte de uma determinada fase de seu desenvolvimento. A condição estranhada [*Fremdartigkeit*] e a autonomia com que ainda existe frente aos indivíduos demonstram somente que estes estão ainda no processo de criação das condições de sua vida social, em lugar de terem começado a vida social a partir dessas condições. É a conexão natural e espontânea de indivíduos em meio a relações de produção determinadas, estreitas (MARX, 2011, p. 110).

A crítica marxiana da economia política supera tanto a oposição romântica ao capital, quanto a posição laudatória da intelectualidade burguesa, que se aferra à aparência positiva imediata do trabalho como criador de riqueza. Em outros termos, "O grau e a universalidade do desenvolvimento das capacidades em que *essa* individualidade se torna possível pressupõem justamente a produção sobre a base dos valores de troca, que, com a universalidade do estranhamento do indivíduo de si e dos outros, primeiro produz a universalidade e multilateralidade de suas relações e habilidades" (Idem). À representação burguesa é possível apenas agarrar-se acriticamente à riqueza em sua dimensão absoluta e mensurável, tomando a forma de produzi-la como natural, e assimilando as crises dela oriunda como meras anomalias contingentes a serem sanadas por medidas técnicas de política econômica. A posição social da economia política termina de modo frustrante, no que tange à cientificidade, numa prática de política econômica que se opõe como realismo econômico ao utopismo romântico. Voluntarismo utópico piedoso que a acompanha, ainda que de maneira inócua e impotente, como a voz de sua moralidade abstrata, a repetir triste e monotonamente: *não useis o próximo como meio*. Enquanto a produção adverte sempre aos berros que a natureza humana da maioria da humanidade nada mais é que a de ferramenta da valorização. O que de certo modo, pode auxiliar no entendimento das expressões estéticas da compreensão estranhada do mundo do estranhamento típico do capital e seus contrapontos, pois "O ponto de vista burguês jamais foi além da oposição a tal visão romântica e, por isso, como legítima antítese, a visão romântica o acompanhará até seu bem-aventurado fim.)" (Idem). A analítica de Marx centra-se, ao contrário, na determinação social particular da atividade produtiva e descortina, concomitantemente, tanto a contradição real da produção abstrata com o produtor - e as

consequências existenciais desta - quanto descortina no enfrentamento contraditório as virtualidades de transformação efetiva da sociabilidade.

Neste sentido, a forma de ser do indivíduo moderno, modulada pelos parâmetros da produção de riqueza como capital não é uma forma natural, biologicamente determinada, como uma série de pulsões e faculdades inatas. Ao reverso, a individualidade moderna é resultado de um dinâmico, contraditório e atravessado de contingências processo histórico matizado em suas variadas maneiras de interatividade social de formas de propriedade privada das condições materiais objetivas da produção da vida. Nas formações mais recuadas no tempo, os indivíduos são necessariamente subsumidos à forma da comunidade das quais são membros, num primeiro momento, cada um como uma unidade da tribo, semiaparentado ao exemplar de uma espécie, no qual seu pertencimento ao grupo é um fato imediato, direto, que univocamente o delimita em suas diversas manifestações de vida. Em momentos históricos mais desenvolvidos e complexificados, a totalidade social, conquanto superando os indivíduos, existe como comunidade alargada pelo círculo das transações e intercâmbios, tanto de produtos quanto das próprias pessoas, havidos entre as comunidades. Processo de dissolução que ocorre fixando o sentido do que seria o da constituição da forma propriamente individual dos homens existirem sob o mando da relação do proprietário privado, nem que seja de si mesmos, num rumo no qual, progressivamente, a comunidade existe como uma forma contraditória a qual é tanto mais requerida quanto mais a individualidade autodeterminada se torna o modo de se relacionar do indivíduo consigo mesmo. Simultaneamente, de maneira essencial, também a ampliação de seu circuito de nexos de interdependência se transmutam em necessidade interna para a construção de seu ser individual. Na modernidade, a coisa - a existência social - põe-se de frente aos indivíduos como uma entidade autônoma, figurada nos resultados de sua atividade produtiva expressa como riqueza abstrata, estranhada, virtude de nexos que sobrepujam os indivíduos produtores e se tornam verdadeiras substâncias universais.

Normalmente, o tema do *caráter social estranhado* da vida aflora aos indivíduos que atuam nas pontas mais avançadas da produção tecno-científica sob o modo de um difuso e incompreendido *mal-estar* pessoal e social com relação às consequências concretas de seu trabalho. Quando muito, como a diagnose de certa impotência frente ao divórcio virtual entre a potência que mobilizam e o poder efetivo que têm para alterar ou ao menos defrontar o andamento das coisas. Como perspectiva geral, advoga-se aqui uma concepção de educação para a qual a posição aberta de questionamentos acerca do *ser*, do *fazer* e do *pensar* o viver precisa ser posta a partir da existência efetiva dos sujeitos envolvidos. Existência esta que não se resume a uma instância *existencial* no sentido de uma interioridade, mas que está atada essencialmente a todas as dimensões envolvidas no ato humano de ser por meio do qual os homens se produzem em reciprocidade social. Não se propugna

aqui, então, a administração de uma eticidade extrínseca à atividade, mas da *extração categorial*, teórica, das determinações axiológicas organicamente entranhadas no *chão de fábrica* da ciência e da tecnologia. Assim, estabelecida esta *Paideia* tecnológica, claro se faz o carecimento do esclarecimento destes valores havidos e movidos, conquanto implícita ou inconscientemente, na produção do conhecimento e da tecnologia. Processo de formação que inclui a reflexão sobre o próprio ofício no que este tem de *ético*, como esforço de tornar consciente, apropriável e apropriado pelos indivíduos que nele se engajam, os valores que emanam necessariamente de um determinado *ethos*, de um *habitat* particular das tecnociências, que acolhe como *modo de ser* inegociável o ofício mesmo de criar e operar o conhecimento. O que poderá afirmar-se como um elemento importante, ainda que não autônomo e autossuficiente, na tarefa imprescindível de humanizar-se a prática das ciências.

Afirma-se aqui não um caráter *ambivalente*, mas propriamente *contraditório*, da existência das tecnociências no mundo capitalista. A própria característica de se requerer sempre, cada vez mais, a ampliação dos círculos de reprodução do valor ao invés de necessariamente se servir da ciência e do desenvolvimento tecnológico faz Marx diagnosticar a tendência, contraditoriamente existente, de alargar as fronteiras e horizontes humanos:

Essa tendência propagandística (civilizadora) é exclusiva do capital – diferentemente das condições de produção precedentes. Os modos de produção em que a circulação não constitui condição imanente e dominante da produção não [têm], naturalmente, as necessidades de circulação específicas do capital e, por isso, tampouco têm a elaboração seja das formas econômicas, seja das forças produtivas reais que lhes correspondem. (MARX, 2011, p. 448).

O capital põe em relação com os avanços científicos e técnicos o contingente humano, as *personæ* do trabalho, que estiveram necessariamente apartados destas questões. Ao tornar tudo assunto da capitalização, a produção do valor valorizado obrigatoriamente encampa num mesmo conjunto, trabalho e ciência. A este respeito, Marx retoma o "tecnólogo" britânico Charles Babbage indicando como a técnica resignificada em tecnologia com a utilização intensiva e extensiva das ciências da natureza à produção dos valores se torna um imperativo inescapável para a reprodução do capital:

"Esse desenvolvimento contínuo de saber e de experiência", diz Babbage, "é nossa grande força". Esse desenvolvimento, esse progresso social, pertence [ao] e é explorado pelo capital. Todas as formas de propriedade precedentes condenam a maior parte da humanidade, os escravos, a ser puro instrumento de trabalho. O desenvolvimento histórico, o desenvolvimento político, a arte, a ciência etc.

movem-se acima deles nas altas esferas. Mas só o capital capturou o progresso histórico e o colocou a serviço da riqueza. (MARX, 2011, p. 490)

Resposta de demanda produtiva que coloca o trabalho em relação ontologicamente necessária para com o conhecimento das diversas dimensões da natureza, de seus elementos, relações, processos, forças, etc. Este contato é uma exceção, comparado ao processo histórico em seus momentos anteriores, mesmo quando se pensa em figuras como a de Arquimedes, pois na Antiguidade as ciências e o conhecimento de ponta se desenvolvem à revelia do trabalho produtivo e reprodutivo das condições vitais da sociedade, e este último era destinação da parte necessariamente excluída desta esfera, submetida de modo seminatural à dominação, mais ou menos brutal, mais ou menos "civilizada", como coisa produtiva portadora de linguagem ou como contingente inserido numa rede hierárquica, naturalmente vivida e ideologicamente sublimada como destino.

Esta *tendência civilizatória* existe não por uma curiosa "bondade" do capital, mas por um conjunto de necessidades da reprodução ampliada do valor das condições de produção do mais-valor. Neste sentido, "Embora limitado por sua própria natureza, o capital se empenha para [o] desenvolvimento universal das forças produtivas" (MARX, 2011, p. 446). Primeiro, o necessário aumento da produtividade do trabalho e o encolhimento do tempo socialmente necessário de produção da riqueza. Em segundo lugar, porquanto o capital seja uma relação social de produção no contexto da qual a valorização seja o telos propriamente dito, e não a produção de valor de uso, todos os momentos constituintes da sua totalidade, ou demais relações a ele adjacentes e subsumidas, têm de ser devotados a este objetivo. Dentre estes, o tempo como temporalidade econômica precisa realizar e não obstar o processo ampliado de valorização. Neste sentido, o tempo - como dinheiro existencialmente dado no tempo de produção e de circulação - deve estar referenciado pelos mandamentos da valorização. Daí a temporalidade determinar-se como uma instância moldável ao infinito, bem como a ser mobilizada como ferramenta ou critério da "racionalidade econômica" dos processos sociais. Assim, como apenas o tempo de produção/valorização produz valor, sendo o tempo da circulação, com todas as contingências e acidentalidades que este implica, a possível depreciação do valor representando o momento de terror para a produção capitalista, aquele deve, como diretriz, ser diminuído numa linha que precisa tender a zero:

O tempo de circulação aparece, portanto, como obstáculo da produtividade do trabalho = aumento do tempo de trabalho necessário = redução do tempo de trabalho excedente = redução do valor excedente = freio, obstáculo do processo de autovalorização do capital. Assim, enquanto o capital, por um lado, tem de se

empenhar para derrubar toda barreira local do intercâmbio, i.e., da troca, para conquistar toda a Terra como seu mercado, por outro, empenha-se para destruir o espaço por meio do tempo; i.e., para reduzir a um mínimo o tempo que custa o movimento de um local a outro (MARX, 2011, p. 446).

Por conseguinte, a linha de tendência divisada por Marx, e amplamente confirmada pelos desenvolvimentos ulteriores do mundo do capital, é o impulso a todas as modalidades de progresso técnico e científico relacionados em alguma medida à diminuição tanto do tempo socialmente necessário de trabalho - não obrigatoriamente do tempo de trabalho individual ou dos trabalhadores como massa -, quanto do tempo de circulação:

Tal tendência – que o capital possui, mas que ao mesmo tempo o contradiz como modo de produção limitado e, por isso, o impele à sua própria dissolução – diferencia o capital de todos os modos de produção precedentes e, ao mesmo tempo, contém em si o fato de que o capital é posto como simples ponto de transição (Idem).

Assistiu-se como resposta a esta demanda uma efetiva explosão inaudita de desenvolvimento social das potências humanas de apropriação e transformação da natureza e de conformação do mundo em mundo humano-societário. Desenvolvimento este que, na analítica de Marx, pode, dada a totalidade e intensidade de potenciais de socialização universal dos indivíduos, suas atividades e seus produtos, entrar em contradição com o conjunto das relações de produção preponderantemente dominantes na sociedade capitalista. De ponto de passagem, o capital se converte de tempos em tempos de crise aguda, em problema categorial, em transitividade virtual para além de si mesmo, em correspondência com o caráter revolucionário ou não que podem tomar as ações dos homens nos contextos dos antagonismos de classe.

Não cabe, portanto, indicar um "lado bom" e um "lado mau" do complexo C&T, mas antes flagrar a consistência tensa que este ganha ao ser capital. O fato de a aplicação do conhecimento na maquinaria utilizada de modo capitalista apresenta um grau de complexidade inaudito à mediação técnica da atividade humana. Esta articulação categorial complexa, de talhe contraditório, foi inicialmente tematizada por Marx nos seus *Grundrisse*, quando ele observa que a tendência ao desenvolvimento sem peias das forças produtivas, pressuposto e resultado das necessidades do capital, pode a partir de dado ponto opor-se a sua forma social de existência. A ciência e seu desenvolvimento espetacular aparecem como uma necessidade interna contraditória ao capital: "O limite do *capital* é que todo esse desenvolvimento procede de modo contraditório, e o aprimoramento das forças produtivas, da riqueza universal etc., do conhecimento etc., aparece de tal forma que o próprio indivíduo que trabalha se *aliena* [*entäussert*] (...)". (Idem).

Rumo de incremento de potência social de apropriação de mundo que virtualmente dispensa como *fundamento miserável* a própria medida de valor - tempo socialmente indiferenciado de trabalho - em razão do deslocamento crescente do acento determinativo em direção ao capital fixo, em detrimento da porção variável, daí igualmente do tempo imediato de produção para o lado do desenvolvimento e progresso dos meios de trabalho, como realizações da aplicação tecnológica das ciências à produção. Ao lado disso, a analítica marxiana assinala também para o surgimento potencial do que denomina de *general intellect* (Cf., Idem), a criação progressiva de uma interdependência de caráter universal, que abarca os pressupostos científicos e espirituais, a produção do conhecimento e do saber, como uma rede social. Interconexão social potencial que se encontra em contradição virtual com as determinações essenciais da produção da riqueza como capital. Possibilidade que se abre para a superação real do princípio do antagonismo social baseada não no voluntarismo, mas na demanda efetiva do carecimento recíproco dos indivíduos.

Referência:

MARX, Karl. **Grundrisse: Manuscritos Econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.